

N.F. Nº - 233080.0016/18-3

NOTIFICADO - M A MOTA SANTOS & CIA LTDA. - EPP

NOTIFICANTE- ROBERTO COUTO DOS SANTOS

ORIGEM - INFAZ JACOBINA

PUBLICAÇÃO - INTERNET – 22/12/2020

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0162-01/20NF-VD

EMENTA: ICMS. RECOLHIMENTO A MENOS. IMPOSTO DECLARADO E NÃO RECOLHIDO. Notificado comprovou que valor exigido já havia sido recolhido tempestivamente a título de Adicional do Fundo de Pobreza. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A notificação fiscal em lide, lavrada em 25/06/2018, formaliza a exigência de ICMS no valor total de R\$212,76, em decorrência de recolhimento a menor do ICMS, em razão de desencontro entre o valor do imposto recolhido e o escriturado na apuração do imposto (03.01.01), ocorrido nos meses de março a dezembro de 2016, acrescido de multa de 60%, conforme previsto na alínea “b” do inciso II do art. 42 da Lei nº 7.014/96.

O notificado apresentou defesa à fl. 07. Disse que a diferença existente são valores referente ao ICMS Adicional Fundo de Pobreza e anexou todos os comprovantes de recolhimento, conforme documentos das fls. 08 a 26.

O notificante apresentou informação fiscal à fl. 29. Após análise da documentação apresentada, reconheceu que os valores exigidos já haviam sido pagos pelo contribuinte.

VOTO

Verifiquei que foram observados todos os requisitos que compõem o auto de infração, previstos no art. 39 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF), Decreto nº 7.629/99.

A presente notificação fiscal, exige ICMS em decorrência de diferença entre o imposto declarado e o recolhido.

Documentação apresentada pelo notificado comprova que o valor exigido já havia sido recolhido tempestivamente, sob o código 2036, pois referia-se ao Adicional do Fundo de Pobreza. O Notificante reconheceu que o pagamento já havia sido realizado.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em INSTÂNCIA ÚNICA, julgar **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº 233080.0016/18-3, lavrado contra M A MOTA SANTOS & CIA LTDA. - EPP.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 05 de novembro de 2020

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVEA – JULGADOR

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ – RELATOR